

FORMAÇÃO DO GESTOR ESCOLAR EM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA EM PERNAMBUCO

Darci Barbosa Lira de Melo
darcilira@gmail.com

RESUMO

Este trabalho objetivou analisar o I Curso de Especialização *latu senso* em Gestão Escolar, da Escola de Gestores da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), coordenado pela Universidade Federal de Pernambuco. Tendo como suporte teórico o debate sobre a gestão democrática da educação e da escola e o modelo de formação continuada na área de gestão da educação na modalidade Educação à Distância (EAD). Desenvolvido no estado de Pernambuco, os principais resultados evidenciam uma avaliação positiva do curso, e um entendimento de gestão escolar democrática voltada ao direito de todos à educação, bem como, a necessidade de implementação de mecanismos de participação e a autonomia da comunidade escolar e local para os encaminhamentos administrativos e pedagógicos relativos aos trabalhos escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Política de formação continuada. Gestor escolar. Regime de colaboração. Gestão democrática. Participação e autonomia escolar.

INTRODUÇÃO

No contexto de mudança que caracteriza o cenário educacional, a formação continuada da gestão escolar ganha importância como sinal de que o aprendizado deve se caracterizar como um direito dos profissionais quanto ao seu aperfeiçoamento contínuo e apoiado pelos governos. As lutas históricas pela valorização e formação dos profissionais da educação evidenciaram, ao longo do tempo, a importância da institucionalização de um Sistema Nacional

de Formação de Professores da Educação Básica, objeto de discussão dos setores organizados da sociedade brasileira, desde o final da década de 1970. A garantia de formação continuada articulada à formação inicial e condições dignas de trabalho para os profissionais da educação básica são reivindicações históricas. Nesse contexto, se inserem os movimentos dos educadores que se mobilizaram na organização das seis edições da Conferência Brasileira de Educação (CBE) e das edições do Congresso Nacional de Educação (CONED). Resultantes desses movimentos, documentos elaborados defendem como prioritários as questões discutidas e a priorização das mesmas que deveriam ser assumidas pelo poder público. Mais recentemente, os educadores estiveram organizados em torno destas pautas na I Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2010, realizada em abril de 2010, em Brasília/DF.

Muito embora várias reivindicações de setores organizados da educação tenham sido incorporadas à Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996 e ao Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172, de 2001, a idéia da instituição de uma política nacional de formação de professores contemplando a formação e às condições do trabalho docente terá espaço na agenda governamental no período de gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma das explicações sobre a inscrição dessa demanda na agenda pública pode ser identificada na forma de relacionamento institucional, que se instaurou entre o governo, representado pelo MEC, e as entidades acadêmico-científicas de educadores, em especial, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em educação doravante (ANPEd), a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), a Associação Nacional de Formação de Professores (ANFOPE), o Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR) e o Centro de Estudos & Sociedade (CEDES) (AGUIAR, 2010).

Um processo de formação para aquisição do conhecimento é fundamental, e se torna mais urgente e necessária, considerando que os dados mais recentes indicam que no Brasil a realidade da gestão escolar é bastante diversa no que se refere à formação dos dirigentes. De acordo com dados do MEC (2009), do total de dirigente escolares do Brasil, 29,32% possuem apenas

formação em nível médio, sobretudo nos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Sobe para 69,79 % o total de dirigentes com formação em nível superior, enquanto que apenas 22,96% possuem curso de Pós-Graduação *lato sensu*. Portanto, evidencia-se a urgência de se dinamizar ou se efetivar programas, projetos e ações que alcancem maior número possível de gestores educacionais, tanto em nível de formação inicial quanto em nível de formação continuada.

Considerando esses dados que mostram a situação da formação dos dirigentes escolares no país e o espaço estratégico que o gestor escolar ocupa no contexto educacional, entende-se a prioridade dada pelo Governo Federal na instituição do Programa Nacional Escola de Gestores, iniciativa ocorrida quando Tarso Genro era o Ministro de Educação do Governo Lula. No âmbito deste programa, uma das primeiras iniciativas, foi a formulação do Projeto do Curso de Especialização em Gestão Escolar como política de formação de gestores escolares.

O curso voltado para a formação de gestores escolares de escolas públicas tem por objetivo básico contribuir com a formação efetiva de gestores educacionais da escola pública, de modo que disponham de elementos teórico-práticos que viabilizem uma educação escolar básica com qualidade social, se coaduna com a organização e a gestão da educação quando atende a necessidade de um profissional que tenha um perfil adequado as exigências postas por uma sociedade em constante mudanças e além de acompanhar a velocidade com que se atualizam o conhecimento e os avanços tecnológicos, exigindo constantes atualização dos saberes.

A institucionalização dessa modalidade de formação pela LDB/1996, a criação da Rede Nacional de Formação Continuada, entre outras ações, legitima políticas e processos de formação continuada e se mostra como um meio de viabilização de mudanças qualitativas no exercício profissional das diversas áreas do campo de atuação dos profissionais da educação. No que toca à formação inicial, constata-se que o sistema presencial de educação formal apresenta-se insuficiente para atender as novas demandas sociais de formação, bem como de democratização do saber, neste início de século. Assim, vai se configurando novas perspectivas para a formação continuada, inclusive pela via da Educação à Distância (EAD)

Nas últimas décadas a EAD passa a ser percebida como um dos meios que poderá contribuir para a modernização de estruturas nos sistemas de ensino no Brasil. Nesse sentido, graças às novas tecnologias aplicadas a educação, o governo percebe que esse será um dos mecanismos eficaz para facilitar o acesso e a permanência dos cidadãos na nova configuração do setor produtivo, advindas das várias fases da revolução tecnológica. Nessa direção, a EAD se configura como a modalidade educacional que traz sua essência essas novas tecnologias (PRADO; ROSA, 2008).

Para atender às especificidades, a EAD tem se apresentado como uma modalidade de educação que pode contribuir para mudar o quadro de formação e qualificação dos profissionais da educação, e, no caso específico, dos dirigentes escolares.

De acordo com Alonso e Almeida (2005), desenvolver a formação de gestores para incorporação das tecnologias na gestão escolar significa realizar dinâmicas de trabalho coerentes aos fundamentos teóricos da gestão participativa e da escola democrática, articulados com as possibilidades dos recursos tecnológicos disponíveis, de agregar valor aos processos que englobam ações distintas da escola: gestão, técnicas administrativas, político pedagógicas.

Nessa perspectiva, considerando a relevância da formação continuada para profissionais da educação, na modalidade da EAD como uma nova perspectiva de modernização nesse processo, este estudo priorizou a formação continuada do gestor escolar tendo como foco de análise o Curso de Especialização em Gestão Escolar no Estado de Pernambuco.

Nessa direção, chamamos a atenção para o fato de que uma ação de tal dimensão desenvolvida no Nordeste brasileiro, uma das regiões mais carentes do País, gera inúmeras expectativas. Isto se verifica no estado de Pernambuco, o qual apresenta baixos índices de qualidade do ensino, como ocorre em outros estados da federação. Além disso, professores e dirigentes escolares de escolas localizadas em municípios distantes da capital sofrem com a ausência de políticas de formação na área de gestão da educação. Assim, o Curso, em seu formato EAD, teve uma ampla receptividade em Pernambuco por colocar-se ao alcance de uma parcela considerável de

professores em exercício da direção escolar e situados nas cidades do interior (MELO, 2009).

Buscou-se, com este estudo, respostas para as seguintes questões: a experiência do Curso de Gestão Escolar no Estado de Pernambuco como processo de formação continuada contribuiu para o gestor melhorar o seu desempenho no contexto escolar? Em que medida a Especialização em Gestão Escolar constitui um espaço de formação continuada? As condições enfrentadas pelos gestores, no desenvolvimento do Curso de Gestão Escolar, possibilitaram uma aprendizagem para a melhoria de sua prática escolar?

Para responder tais questões, fez-se necessário incursionar na literatura da área para escolher os autores com os quais seria possível aprofundar o diálogo no sentido de construir as categorias de análise que serviriam de norte para a compreensão da problemática enfocada. Tal escolha recaiu em autores que enfatizam as questões referentes à gestão democrática, seu campo teórico conceitual, suas categorias e eixos de lutas e práticas sociais, em especial Dourado (2001,2007), Aguiar (2010, 2011) Azevedo (2001, 2002 e 2009) e Paro, (2001, 2003).

Assim, desenvolvemos uma investigação no campo da gestão educacional, tendo como objetivo geral: a análise do processo de construção do curso e como os egressos o avaliaram. E como objetivos específicos situar o debate da Gestão Democrática/ Escolar ;analisar, dentro do seu contexto histórico, o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica; examinar as várias dimensões do Curso de Gestão escolar, como modelo de formação continuada via educação à distância (EAD); analisar as contribuições do curso, enquanto formação continuada, para a melhoria do exercício profissional do gestor escolar .

Assim, para o estudo da gestão democrática da educação, delimitamos o período que se inicia com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando institucionaliza a educação como direito social e a gestão democrática como princípio da educação nacional na Lei de Diretrizes e Bases da Educação/1996 ao período de vigência do Plano Nacional de Educação (2001/2010).

Metodologicamente, priorizamos no desenvolvimento da investigação a abordagem qualitativa, e além da pesquisa bibliográfica, lançamos mão da

pesquisa documental que na perspectiva qualitativa implica em realizar a análise dos dados de forma interpretativa, isto é, que sejam descritos e decodificados os componentes de um sistema complexo de significados (NEVES, 1996). No processo de interpretação dos dados, foi utilizado um arcabouço teórico que serve de referencial a partir do qual os dados são confrontados, analisados e compreendidos. Na segunda parte, considerando os elementos teóricos advindos da primeira parte, partiu-se para análise das experiências empíricas referentes a: perspectivas dos docentes da Sala Ambiente Projeto Vivencial que se constitui em componente curricular articulador do curso; a perspectivas dos representantes institucionais da UNDIME e SEE e a perspectivas dos cursistas egressos concluintes sobre o curso de maneira a obter elementos para mapear o perfil dos cursistas gestores.

Para condução do estudo e da análise desse conjunto de informações o trabalho foi organizado em quatro partes: a gestão escolar/democrática no Brasil, elegendo como categoria a participação e autonomia. A proposta do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, focalizando o Curso de Especialização em Gestão Escolar. O Curso de Especialização em Gestão Escolar, em Pernambuco, considerando a constituição da proposta do Curso, o processo de tramitação, aprovação e implementação do projeto. Por fim, analisamos a formação continuada dos gestores: dimensão prática no qual analisamos os dados coletados por meio dos questionários, aplicados aos docentes da sala ambiente projeto vivencial, aos representantes da UNDIME e da SEE, e aos egressos concluintes do curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nos propusemos a investigar a formação do gestor escolar em curso de pós-graduação, mediante a análise da experiência da Escola de Gestores da Educação Básica em Pernambuco, tendo como foco o I Curso de Especialização em Gestão escolar, oferecido no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Nessa direção, destacamos inicialmente, que a concepção de formação que norteia o Curso de

Especialização em Gestão Escolar da Educação Básica, de acordo com as Orientações Gerais (2009), norteadoras desse curso, insere-se no desenvolvimento de uma política pública de educação continuada, que envolve ações cooperativas para responder à necessidade de aprofundamento da compreensão dos processos da gestão democrática educacional, com o entendimento de que a educação continuada é um direito dos profissionais da educação, na perspectiva de que formação deve estar voltada para melhoria do exercício profissional na escola possibilitando atualização, aprofundamento, complementação e ampliação de conhecimentos, com aportes teóricos e em articulação com os problemas concretos, valorizando a produção de saberes construídos no próprio trabalho e ampliando o conhecimento no campo da gestão.

Assim sendo, o perfil do profissional que se deseja formar a partir de um processo formativo com essas características deverão ampliar a capacidade dos diretores e vice diretores no sentido de entre outras questões realizar e fortalecer a gestão democrática da educação básica, como princípio legal e formativo, sustentada em práticas e processos que conduzam ao trabalho coletivo e a participação nos processos decisórios da educação e da escola. (MEC, 2009).

A organização do curso e as vinculações institucionais da Universidade com a UNDIME E SEDUC; municípios atendidos e a localização dos pólos e quantidade, distribuição geográfica foram realizados considerando a organização político administrativa das gerências regionais da Secretaria de educação do Estado. No que se refere ao processo de seleção dos cursistas, desde a inscrição até a conclusão do curso trabalhamos em regime de colaboração com os parceiros institucionais conforme estabelecido no documento Roteiro de Operacionalização (MEC, 2007/2009), que indica as etapas, ações e responsabilidades necessárias ao Planejamento Geral de Elaboração, Desenvolvimento do curso

Assim, desenvolvemos uma investigação no campo da gestão educacional, tendo como objetivo geral: analisar as repercussões do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na formação continuada de seus egressos, no desempenho da gestão democrática das escolas em Pernambuco. Logo, situamos o debate da

Gestão Democrática Escolar no Brasil dentro do seu contexto histórico, o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, que tem por objetivo básico contribuir com a formação efetiva de gestores educacionais da escola pública. Nesse sentido, entendíamos que a instituição de um programa desta natureza, como formação continuada, proporcionaria aos gestores escolares egressos do curso, a atualização dos conhecimentos específicos de seu campo de atuação profissional, o que se constituiria uma ação de grande relevância no contexto educacional do Estado

Analisando as contribuições do curso, para a melhoria do exercício profissional do gestor escolar, destacamos, com base na análise dos depoimentos dos cursistas-egressos as aprendizagens adquiridas em relação aos objetivos do curso o que dá indícios das contribuições do curso para esse profissional. As contribuições teóricas se deram em relação as aprendizagens efetivadas através dos conteúdos das diversas salas ambientes: a gestão democrática, participação, autonomia, e seus elementos constitutivos como projeto político pedagógico, conselhos escolares, regimento escolar. Aprendizagens sobre legislação educacional, fundamentos do direito a educação, tópicos especiais de educação. O que vai de atender aos objetivos do curso já mencionados no trabalho se deram também em relação aos conhecimentos relativos ao planejamento e avaliação ao propiciar oportunidades aos gestores para o exercício de práticas inovadoras nos processos de planejamento e avaliação da gestão escolar. Além das aprendizagens referentes ao uso da tecnologia no uso do computador e o processo de acesso a internet, o que atende ao objetivo de propiciar aos gestores oportunidades de lidar com ferramentas tecnológicas que favoreçam o trabalho coletivo e a transparência da gestão da escola.

Nesse sentido, percebemos que o Curso de Gestão escolar, como modelo de formação continuada via educação a distância-EAD, pode ser caracterizado como uma ação de grande relevância no contexto educacional do Estado, por possibilitar uma formação consistente e atual frente as questões que caracterizam a gestão escolar no contexto social. Mesmo com as dificuldades enfrentadas ao longo do processo de aprendizagem, o curso foi produtivo, considerando por

exemplo a superação inicial do preconceito contra a ead, o contato /uso com o computador e da internet, para a melhoria de sua prática na escola. No entanto, os dados também apontam para a relevância e necessidade de uma política de formação do gestor da educação básica no sentido de fortalecer a educação básica no Brasil.

As experiências desse processo de formação de gestores escolares, relatadas nesse trabalho, evidenciam a importância da formação ter como foco o contexto de atuação do gestor escolar, e as contribuições das técnicas de comunicação e informação para o seu desenvolvimento profissional. O fato desse processo se realizar na modalidade da EAD, com suporte em ambientes virtuais de aprendizagem, possibilita aos gestores iniciarem e avançarem no domínio tecnológico no seu fazer profissional e assim, atingir um dos objetivos estabelecido no curso.

Diante do exposto, podemos afirmar que o caminho percorrido aponta novos pontos de partida para tantas outras questões. Dentre outras, podemos citar: a necessidade de investigar a melhoria da situação educacional de Pernambuco pós os cursos de gestão escolar; aprofundar as questões relacionadas ao regime de colaboração dos entes federados e as suas competências num processo de formação continuada; analisar os dados do IDEB e sua relação com o exercício profissional do gestor pós conclusão de curso, entre outras possibilidades de investigação.

Ao finalizar esse trabalho temos claro que os resultados ora apresentados constituem-se pistas para futuros estudos sobre a formação continuada dos profissionais da educação e a conseqüente melhoria da educação em Pernambuco. Assim, concluímos, afirmando que a análise desse curso, vinculado ao Programa Nacional Escola de Gestores, na modalidade de ead, oferecido pelas IFES em todo Brasil, constitui um grande processo de ensino e de aprendizagem e constitui também o fortalecimento das instituições públicas envolvidas nesse processo bem como, das relações de cooperação entre os entes federados. Sobre a oferta do curso no estado de Pernambuco, o resultado dessa investigação possibilita inferir sobre a sua contribuição para a formação dos

gestores e adjuntos egressos do curso bem como, para a melhoria do seu desempenho profissional no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. Conselhos Escolares Espaços de Gestão da escola. Revista Retratos da Escola. V.3,n.4, jan/junho 2009. p (173-183)

_____. A Política Nacional de Formação Docente, O Programa Escola de Gestores e o Trabalho Docente. *Educar em Revista*, n. 1, especial. Curitiba: 2010.

_____. Formação em Gestão escolar no Brasil nos anos 2000: políticas e práticas. *Revista brasileira de Política e Administração da educação*. V.27. n.1. p. 1-152, jan/abr.2011

ALONSO , M, ALMEIDA, M.E.B. Tecnologias e Formação a Distância de Gestores Escolares. Encontro Internacional de Educación Superior. Virtual Educa.2005.

AZEVEDO. J.M.L. de. Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal. *Revista Educação e Sociedade*.n.80. Campinas –CEDES – 2002.

_____. A Educação como Política Pública. 2ª Edição. Ampl. Capinas: Autores Associados 2001.

_____. Programas Federais para a gestão do educação Básica: Continuidades e Mudanças. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*.V.25.n.2. p.185-384. Maio/ago.2009.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394, de 1996.

BRASIL. Plano Nacional da Educação, Lei n. 10.172, de 2001.

BRASIL. Orientações Gerais. Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2005.

BRASIL. Projeto do Curso de Especialização em Gestão Escolar. Brasília: MEC/SEB/CAFISE, 2006.

BRASIL. Programa Nacional Escola de Gestores. Brasília: MEC/SEB/CAFISE, 2006.

BRASIL. MEC/SEB/Diretoria de fortalecimento Institucional de Gestão Educacional. Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica

Pública. Projeto de Especialização em Gestão Escolar (Lato Sensu). Projeto de Curso. Brasília: Revisado em maio de 2009.

_____. Conferencia Nacional da Educação Básica. Documento Final. (2008).

DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios. Naura Carapeto Ferreira (Org.). 3. ed. Cortez. 2001. (p. 59-76).

_____. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas. Educação e Sociedade. Vol. 28, n. 100 – Especial, p. 921- 946. 2007

MELO, D.B.L de. GOMES, A.M. FELIX, A.L. Escola de Gestores : política de formação em gestão escolar. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. V.25.n.2. p.185-384. Maio/ago.2009.

NEVES, C.M de C. Autonomia da Escola pública: um enfoque Operacional. In: VEIGA, I.P. (org) Projeto político pedagógico da Escola. Uma construção possível. Campinas: SP Papirus. 1996

PARO, V.H. Gestão democrática da escola pública. 3. Ed. São Paulo: Ed. Atica. 2003.

_____. Escutos sobre educação: São Paulo: Xamã, 2001.

PRADO, Edna Cristina do.; ROSA., Ana Cristina Silva da. A Interatividade na Educação à distância: Avanços e Desafios. In: Eccos- Revista Científica, São Paulo, v.10, n.1, p.39-54, jan.jun.2008.